

Ontem, hoje e 2030

tendências do sistema mundial — com ênfase na América do Sul

José Luís Fiori

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FIORI, JL. *Ontem, hoje e 2030: tendências do sistema mundial — com ênfase na América do Sul*. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 197-230. ISBN 978-85-8110-015-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

**Ontem, Hoje e 2030:
tendências do sistema mundial
— com ênfase na América do Sul**

ONTEM, HOJE E 2030: TENDÊNCIAS DO SISTEMA MUNDIAL — COM ÊNFASE NA AMÉRICA DO SUL

José Luís Fiori

A postura norte-americana, tem sido a de um país que exerce a sua “primazia” nos termos “ativistas” concebidos por Charles Kindleberger, mas orientada, integralmente, pela defesa dos seus interesses nacionais, e pela proteção e promoção explícita de todos os segmentos de sua economia produtiva e financeira. Por isto a ordem política e econômica emergente tem pouco ou nada a ver com o conceito de hegemonia e parece muito mais próxima da idéia do “imperial system” de que falam James Petras e Robert Cox. (Fiori, 1997)

O espaço deste novo tipo de Império Americano não é contínuo nem homogêneo. Seu poder sustenta-se no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os estados nacionais, nem a hierarquia do sistema inter-estatal.. Mas esta forma de organização econômica e política envolve contradições e limites que poderão erodir o poder deste império, no longo prazo. (Fiori, 2001)

1 | INTRODUÇÃO

O recorte do tempo e a escolha dos acontecimentos relevantes é o ponto de partida, e a tarefa mais difícil de toda e qualquer interpretação da história, ou conjuntura, do sistema mundial. É uma escolha do analista, mas não é uma escolha arbitrária, porque depende inteiramente do seu ponto de vista teórico. Como acontece também com os exercícios de prospecção do futuro, que precisam partir de uma teoria e de uma interpretação do passado, para poder localizar as principais forças e tendências que pesarão sobre as decisões dos atores que tem capacidade de influir sobre o futuro dos acontecimentos mundiais. Este artigo não se propõe adivinhar ou

deduzir cenários, nem construir modelos ou “tipos ideais” de futuro. Pretende apenas identificar alguns fatos, tendências e contradições que atuaram no passado, como motor das transformações mundiais, e que deverão seguir atuando na construção dialética do futuro. O artigo começa pela nossa visão teórica, e pela nossa interpretação da história recente do sistema mundial, depois da “crise americana” da década de 1970. Em seguida expomos nossa tese central, sobre a natureza da conjuntura atual, e sobre o eixo de poder e os conflitos que deverão organizar o futuro do sistema internacional, nas próximas duas décadas. A partir desta tese, o artigo faz algumas prospecções geopolíticas e geoeconômicas, até 2030, para concluir com uma análise mais detalhada da América do Sul, e da presença brasileira, em particular, dentro da sua “zona de influencia” imediata, e na perspectiva de algumas alianças transversais com potências de outras regiões do sistema mundial.

2 | A TEORIA

Nossa prospecção do futuro parte de um ponto de vista teórico, e de uma leitura da história de “longo prazo” do sistema inter-estatal capitalista, que nasceu na Europa, nos Séculos XIII e XIV, e que conquistou o “resto do mundo”, a partir do século XVI.. Do nosso ponto de vista, é possível identificar, nesta longa duração da história do sistema mundial, “quatro momentos em que ocorreu uma espécie de “explosão expansiva”, dentro do próprio sistema. Nestes “momentos históricos”, houve primeiro um aumento da “pressão competitiva” dentro do “universo”, e depois, uma grande “explosão” ou alargamento das suas fronteiras internas e externas. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado — quase sempre — pelo expansionismo de uma ou várias “potências” líderes, e envolveu também, um aumento do número, e da intensidade do conflito, entre as outras unidades políticas e econômicas do sistema. E a “explosão expansiva” que se seguiu, projetou o poder destas unidades ou “potências” mais competitivas, para fora de si mesmas, ampliando as fronteiras do próprio “universo”. A primeira vez que isto ocorreu, foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350. O aumento da “pressão competitiva”, dentro da Europa, foi provocado pelas invasões mongóis, pelo expansionismo das Cruzadas, e pela intensificação das guerras “internas”, na península ibérica, no norte da França, e na Itália. E a “explosão expansiva” que seguiu, se transformou numa espécie de “big bang” do “universo” de que estamos falando, o momento do nascimento do primeiro sistema europeu de “guerras e trocas”, com suas unidades territoriais soberanas e competitivas, cada uma delas, com suas moedas e tributos. A segunda vez que isto ocorreu, foi no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo do Império Otomano e do Império Habsburgo, e pelas guerras da Espanha com a França, com os Países Baixos e com a Inglaterra. É o momento em que nasce os primeiros estados europeus, com suas economias nacionais, e com

uma capacidade bélica muito superior a das unidades soberanas, do período anterior. Foi a “explosão expansiva” deste embrião do sistema interestatal europeu — para fora da própria Europa — que deu origem ao “sistema mundial moderno”, liderado inicialmente, pelas potências ibéricas, e depois, pela Holanda, França e Inglaterra. A terceira vez que isto ocorreu, foi no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo francês e inglês, dentro e fora da Europa, pelo nascimento dos estados americanos, e pelo surgimento, depois de 1860, de três potências políticas e econômicas — Estados Unidos, Alemanha e Japão — que cresceram muito rapidamente, revolucionando a economia capitalista, e o “núcleo central” das grandes potências. Logo em seguida, houve uma terceira “explosão expansiva” que assumiu a forma de uma “corrida imperialista” entre as grandes potências, que trouxe a África e a Ásia, para dentro das fronteiras coloniais do “sistema mundial moderno”. Por fim, desde a década de 1970, está em curso uma quarta “explosão expansiva” do sistema mundial. Nossa hipótese é que — desta vez — o aumento da pressão dentro do sistema mundial, está sendo provocado pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos, depois dos anos 70, pela multiplicação dos estados soberanos do sistema, que já são cerca de 200, e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos estados asiáticos, e da China, muito em particular.”(Fiori, 2008, p: 22 e 23)

Na Europa, ao contrário do que aconteceu nos impérios asiáticos, a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno provocou uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI. Nos dois séculos seguintes, entretanto — entre 1150 e 1350 — aconteceu a grande revolução que mudou a história da Europa, e do mundo: foi naquele período que se forjou no continente europeu, uma associação indissolúvel e expansiva, entre a “necessidade da conquista”, e a “necessidade de produzir excedentes” cada vez maiores, que se repetiu, da mesma forma, em várias unidades territoriais soberanas e competitivas, que foram obrigadas a desenvolver sistemas de tributação e criar suas próprias moedas, para financiar suas guerras de conquista. As guerras e os tributos, as moedas e o comércio, existiram sempre, em todo tempo e lugar. A grande novidade europeia foi a forma em que se combinaram, somaram e multiplicaram em conjunto, dentro de pequenos territórios altamente competitivos, e em estado de permanente preparação para a guerra. Na Europa, a preparação para a guerra, e as guerras propriamente ditas, se transformou na principal atividade de todos os seus príncipes, e a necessidade de financiamento destas guerras, se tornou um multiplicador contínuo da dívida pública e dos tributos. E, por derivação, num multiplicador do excedente e do comércio, e também, do mercado de moedas e de títulos da dívida, produzindo e alimentando — dentro da Europa — um circuito acumulativo absolutamente original, entre os processos de acumulação do poder e da riqueza.

Não há como explicar o aparecimento desta necessidade europeia da acumulação do poder e do excedente produtivo, apenas a partir do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas”. Mesmo que os homens tivessem uma propensão natural para trocar — como pensava Adam Smith — isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Porque não existe nenhum fator intrínseco à troca e ao mercado que explique a necessidade compulsiva de produzir e acumular excedentes. Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela “acumulação do poder”, mesmo no caso das grandes repúblicas mercantis italianas, como Veneza e Gênova.

Agora bem, do meu ponto de vista, o conceito de poder político tem mais a ver com a idéia de fluxo do que com a de estoque. O exercício do poder requer instrumentos materiais e ideológicos, mas o essencial é que o poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir e acumular constantemente. A “conquista”, como disse Maquiavel, é o ato fundador que instaura e acumula o poder, e ninguém pode conquistar nada sem ter poder, e sem ter mais poder do que o que for conquistado. Num mundo em que todos tivessem o mesmo poder, não haveria poder. Por isso, o poder exerce uma “pressão competitiva” sobre si mesmo, e não existe nenhuma relação social anterior ao próprio poder.

Além disto, como a guerra é o instrumento em ultima instancia da conquista e da acumulação do poder, ela se transformou num elemento constitutivo deste sistema de poderes territoriais que nasceu na Europa, e que depois se expandiu pelo mundo. Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista europeu é indissociável do poder político e das guerras, e a teoria sobre a formação deste “universo europeu” tem que começar pelo poder e pelas suas guerras, pelos tributos e pelo excedente, e pela sua transformação em dinheiro e em capital, sob a batuta do poder dos soberanos. O fator endógeno ou primeiro princípio que move este universo é exatamente esta força da compulsão sistêmica e competitiva que leva à acumulação sem fim do poder e do capital. E do meu ponto de vista, o poder tem precedência lógica, dentro desta relação simbiótica, a despeito que a acumulação de capital tenha adquirido uma “autonomia relativa” muito grande e cada vez mais complexa, com o passar dos séculos.

“Mais tarde, depois do “longo século XVI” e da formação na Europa dos seus primeiros estados nacionais” se mantiveram estas mesmas regras e alianças fundamentais, que haviam se estabelecido no período anterior. Com a diferença que, no novo sistema de competição, as unidades envolvidas eram grandes territórios e economias articulados num mesmo bloco nacional, e com as mesmas ambições

expansivas e imperialistas. O objetivo da conquista não era mais a destruição ou ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas a sua submissão econômica. Mas a conquista e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiu sendo a mola propulsora do novo sistema. No novo sistema interestatal, a produção do excedente e os capitais de cada país passaram a ser uma condição indispensável de seu poder internacional. E foi dentro dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o “regime de produção capitalista”, que se internacionalizou de mãos dadas com estes novos impérios globais criados pela conquista destes primeiros estados europeus. E depois do século XVI, foram sempre estes estados expansivos e ganhadores que também lideraram a acumulação de capital, em escala mundial. Além disto, a chamada “moeda internacional” sempre foi a moeda destes estados e destas economias nacionais mais poderosas, transformando-se num dos principais instrumentos estratégicos, na luta pelo poder global.

A expansão competitiva dos “Estados-economias nacionais” europeus criou impérios coloniais e internacionalizou a economia capitalista, mas nem os impérios, nem o capital internacional eliminaram os Estados e as economias nacionais. Neste novo sistema interestatal, os Estados que se expandiam e conquistavam ou submetiam novos territórios também expandiam seu território monetário e internacionalizavam seus capitais. Mas, ao mesmo tempo, seus capitais só puderam se internacionalizar na medida em que mantiveram seu vínculo com alguma moeda nacional, a sua própria ou a de um Estado nacional mais poderoso. Por isso, se pode dizer que a globalização econômica sempre existiu e nunca foi uma obra do “capital em geral”, nem levará jamais ao fim das economias nacionais. Porque de fato, a própria globalização é o resultado da expansão vitoriosa dos “Estados-economias nacionais” que conseguiram impor seu poder de comando sobre um território econômico supranacional cada vez mais amplo, junto com sua moeda, sua dívida pública, seu sistema de crédito, seu capital financeiro e suas várias formas indiretas de tributação.

Da mesma forma, do meu ponto de vista, qualquer forma de “governo mundial” é sempre uma expressão do poder da potência, ou das potências que lideram o sistema inter-estatal capitalista. Muitos autores falam em “hegemonia” para referir-se à função estabilizadora desse líder dentro do núcleo central do sistema. Mas esses autores não percebem — em geral — que a existência dessa liderança ou hegemonia não interrompe o expansionismo dos demais Estados, nem muito menos, o expansionismo do próprio líder ou *hegemon*. Por isso, toda potência hegemônica ou imperial é e será sempre autodestrutiva de sua própria hegemonia ou do seu próprio império, porque o próprio *hegemon* ou império acaba desrespeitando e destruindo as regras e instituições que ajudou a criar, sempre que isto se fizer necessário para poder seguir acumulando seu próprio poder e sua riqueza, como se pode ver por exemplo, no caso dos Estados Unidos, desde o fim da II Guerra Mundial. Por isto mesmo, é logicamente impossível que algum país “hegemônico” ou imperial possa estabilizar o sistema mundial, como

pensam vários analistas internacionais. Neste universo em expansão que nasceu na Europa, durante o “longo século XIII”, nunca houve nem haverá “paz perpétua”, nem sistema políticos internacionais estáveis. Porque se trata de um “universo” que precisa da preparação para guerra e das crises para poder se ordenar e “estabilizar”. E através da história, foram quase sempre estas guerras e estas crises que abriram os caminhos da inovação e do “progresso”, político e econômico, dentro do sistema.

Por fim, com relação ao papel das “moedas”, como instrumento de luta — ao lado das armas — na competição pelo poder e pela riqueza mundiais, só existiram até hoje, em toda a história do sistema interestatal capitalista, desde o “longo século XVI”, duas moedas internacionais: a Libra e o Dólar. E só se pode falar da existência de três sistemas monetários globais: o “padrão ouro”, que ruiu na década de 1930; o “padrão dólar”, que terminou em 1971; e o “padrão dólar-flexível”, que nasceu na década de 1970 e está passando por uma turbulência, neste início do Século XXI. Os dois primeiros sistemas se apoiaram numa relação fixa entre a Libra e o Dólar, e uma base metálica comum, o ouro; mas o terceiro sistema, o “dólar-flexível”, não tem nenhum tipo de padrão metálico de referência, apoiando-se apenas no poder dos EUA de definir o valor da sua moeda nacional/internacional, e dos seus títulos da dívida pública. Apesar de certa imprecisão histórica, se pode dizer que o “padrão ouro” nasceu depois da vitória inglesa nas guerras bonapartistas, e junto com a supremacia econômica britânica, na América e na Índia. Por sua vez, o “padrão dólar” só se impôs a todo mundo capitalista, depois da vitória americana, na II Guerra Mundial. Mas o atual “sistema dólar-flexível” nasceu de forma aparentemente diferente, de uma decisão unilateral do governo americano, tomada no dia 15 de agosto de 1971, quando o presidente Richard Nixon decretou o fim da conversibilidade do dólar em ouro, estabelecida em Bretton Woods. Esta decisão criou um novo sistema monetário internacional, mas não modificou as suas regras fundamentais, desde a origem do sistema interestadual capitalista. Como seja o fato de que: I) dentro do “sistema interestadual capitalista”, nenhuma moeda nacional foi jamais apenas um “bem público”, e muito menos ainda, as moedas nacionais que se transformaram em referência internacional. Todas elas envolvem relações sociais e de poder entre seus emissores e os seus detentores, entre os seus credores e os seus devedores, entre os poupadores e os investidores, e assim por diante. E por trás de toda moeda e de todo sistema monetário, se esconde e se reflete sempre uma correlação de poder, nacional ou internacional. II) por sua vez, as moedas de referência regional ou internacional não são apenas uma escolha dos mercados. São e serão sempre o produto de uma longa luta de conquista e dominação de territórios supranacionais, e um instrumento estratégico de poder dos seus estados emissores e dos seus capitais financeiros; III) por isto, o uso dentro do sistema interestadual capitalista de uma moeda nacional que seja ao mesmo tempo, uma moeda de referência supranacional, é uma contradição co-constitutiva e inseparável do próprio sistema. E neste sentido, a moeda poderá até mudar nas próximas décadas (o que é muito pouco provável), mas a regra seguirá sendo a mesma, com o Yuan, o Yen, o Euro, ou o Real; IV) por fim, é e

sempre será parte do poder do emissor da “moeda internacional”, transferir os custos de seus ajustes internos, para o resto da economia mundial, e, em particular para sua periferia monetário-financeira.

Esta é a visão teórica do sistema mundial que está por trás da nossa leitura e da nossa interpretação da história do sistema mundial, e da conjuntura internacional que começou na década de 1970, decisiva para o entendimento dos acontecimentos atuais, e para a identificação das principais contradições e tendências que estão apontando na direção do futuro, nas próximas duas décadas.

3 | A HISTÓRIA

As duas Guerras Mundiais do século XX cumpriram, em conjunto, o papel de uma “guerra hegemônica”¹. Entre 1860 e 1914, ocorreu uma forte “redistribuição” do poder e da riqueza internacional, e em 1914, um pequeno incidente deu início aos dois grandes conflitos que envolveram a maioria dos estados e todas as grandes potências do sistema mundial, que haviam participado ou que haviam sido afetadas, pela redistribuição anterior do poder e da riqueza capitalista². Depois de 30 anos, e após duas guerras e uma grande crise econômica, os anglo-saxões mantiveram sua centralidade, mas foram os Estados Unidos que assumiram a liderança da guerra, a partir de 1941³, e depois do bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki, assumiram a direção do processo de reconstrução e reorganização do sistema político e econômico internacional. A emergência dos EUA se deu com um projeto de hegemonia dentro do

1 “The expression hegemonic war, have been coined by Aron; certainly he has provided an excellent definition of what Thucydites called a great war. Describing World WarI as a hegemonic war, Aron writes that such a war “is characterized less by its immediate causes or its explicit purposes than by its extent and the stakes involved. It affect(s) all the political units inside one system of relations between sovereign states. Let us call it, for want of a better term, a war of hegemony, hegemony being, if not the conscious motive, at any rate the inevitable consequence of the victory of at least one of the states or groups”, Thus, the outcome of a hegemonic war, according to Aron, is the transformation of the structure of the system of interstate relations”, in Gilpin, R., “The theory of hegemonic war”, *Journal of Interdisciplinary History*, Vol 18, nº 4, The Origin and Prevention of Sources, (Spring, 1988) p591-613.:

2 Fiori, J.L, (1999), “Estados, moedas e desenvolvimento”, in J.L. Fiori (Org?), *ESTADOS E MOEDAS NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES*, Editora Vozes, Petrópolis, 1999, p: 64 e 65.

3 Com relação ao “sorpasse” da Inglaterra pelos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, é interessante ouvir a opinião de Virgil Jordan, Presidente do “National Industrial Conference Board” dos Estados Unidos, a principal organização do Grande Capital Norte-Americano. São palavras pronunciadas na reunião anual da Associação dos Banqueiros de Investimento dos Estados Unidos, exatamente em Dezembro de 1940: “Whatever the outcome of the war, America has embarked on a career of imperialism in world affairs and in every other aspect of her life. Even though by our aid England should emerge from this struggle without defeat, she will be so impoverished and crippled in prestige that it is improbable she will be able to resume or maintain the dominant position in world affairs which she has occupied so long. At best, England will become junior partner in a new Anglo-Saxon imperialism, in which the economic resources and military and naval strength of the United States will be the center of gravity... The spectre passes to the United States.” *Commercial and Financial Chronicle*, New York, December 21, 1941). *Commercial and Financial Chronicle*, New York, December 21, 1941). Cit in R. Palme Dutt, “Britain’s Crisis of Empire”, Lawrence & Wishart, London, 1949, p: 44.

mundo capitalista, regulada e gerida por instituições multilaterais e tuteladas pelos Estados Unidos e seus principais aliados, como no caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou do FMI e do BIRD, entre outros. Por baixo desta institucionalidade, entretanto, a engenharia da nova ordem mundial se apoiou na bipolarização geopolítica e ideológica do mundo entre a União Soviética e a relação privilegiada dos Estados Unidos com a Inglaterra e com todos os “povos de língua inglesa”. Também tiveram papel decisivo, no funcionamento e no sucesso desta “ordem americana” do pós-guerra, a unificação europeia, sob proteção militar da OTAN (que se estendia também à Turquia) e a articulação econômica dos Estados Unidos com o Japão e a Alemanha. Estes dois países foram transformados em protetorados militares norte-americanos e em líderes regionais do processo de acumulação capitalista, na Europa e no Sudeste Asiático. Esse período de “hegemonia benevolente” dos Estados Unidos durou até a década 70, quando os Estados Unidos sofreram vários revezes internacional. Mas antes disto, entre 1945 e 1970, os acordos de paz do pós-guerra pacificaram a Europa, apesar de que tenham deslocado o epicentro da Guerra Fria, para o Leste e o Sudeste Asiático. E os acordos de Bretton Woods permitiram a reconstrução a Europa e um crescimento econômico assimétrico, mas contínuo, da economia mundial, apesar de terem provocado, simultaneamente, um desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e uma competição econômica cada vez mais intensa entre os capitais americanos e os capitais dos demais países que haviam sido reconstruídos com a assistência norte-americana.

Na década de 70, entretanto, os Estados Unidos foram derrotados no Vietnã e depois do Tratado de Paz, de 1973, sofreram sucessivos revezes políticos e diplomáticos, no Irã e no Afeganistão, na África e na América Central. E no campo econômico, os EUA enfrentaram uma pressão crescente sobre o seu balanço de pagamento e sobre o dólar, até que decidiram abandonar — em 1973 — o sistema monetário internacional, que haviam criado, em Bretton Woods, baseado na paridade fixa da sua moeda em ouro e na regulamentação dos sistemas financeiros nacionais. O fim de Breton Woods provocou uma crise que se somou à alta dos preços do petróleo, e desembocou na primeira grande recessão da economia mundial, depois da II Guerra. Foi uma crise dura e profunda e por isto se falou, na época, de uma “crise da hegemonia americana”⁴, mas a crise dos anos 70 foi também e ao mesmo tempo, o momento e a oportunidade, em que os Estados Unidos mudaram sua estratégia geopolítica e sua política econômica internacional. E esta nova estratégia americana — que se consolidou na década de 80 — promoveu, por sua vez, uma reversão da crise, e uma reviravolta dentro do sistema mundial. Como consequência, o mundo deixou rapidamente para trás o modelo “regulado” de “governança global”, liderado pela “hegemonia benevolente” dos Estados Unidos, do pós-guerra, e foi se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características

4 Fiori, J.L (1997), “Globalização, hegemonia e império” in M.C.Tavares e J.L. Fiori (Org), PODER E DINHEIRO. UMA ECONOMIA POLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO, Editora Vozes Petrópolis, 1997, p:107;

mais imperiais do que hegemônicas. Num processo acumulativo que culminou — entre 1989 e 1991 — com a queda do Muro de Berlim, a vitória dos Estados Unidos na Guerra do Golfo, o desaparecimento da União Soviética e o fim da Guerra Fria.

Nos anos 80 e 90, esta política monetária dos EUA, junto com a desregulação generalizada dos mercados financeiros, contribuíram decisivamente para o nascimento de um novo sistema monetário internacional — “dólar-flexível”⁵ — que já não tem mais nenhuma base metálica e está lastreado apenas pelo poder dos Estados Unidos e pelos seus títulos da dívida pública. Este novo sistema transferiu para os Estados Unidos um poder monetário e financeiro sem precedente na história da economia mundial, na medida em que esse país passou a arbitrar o valor das suas dívidas através do manejo unilateral do valor da sua própria moeda. Por outro lado, no início da década de 70, à sombra da sua derrota no Vietnã, os Estados Unidos começaram a negociar uma nova parceria asiática com a China, que engendrou o deslocamento do eixo geopolítico do mundo e uma nova fronteira de expansão da economia internacional. Além disto, o acordo entre os dois países pacificou o sudeste asiático e conferiu aos EUA a liberdade de ação necessária para levar à frente uma estratégia agressiva de escalada anti-soviética e anticomunista — a “2ª Guerra Fria” — que culminou com a derrota soviética no Afeganistão, e o fim da URSS.

Na década de 90, depois do fim da União Soviética e da Guerra Fria, o mundo parecia ter alcançado a plena “unipolaridade”. Falou-se no “fim da história”, e se difundiu a crença no poder convergente e pacífico dos mercados e da globalização econômica, e na possibilidade de um governo mundial cosmopolita e democrático, sob a liderança pacífica dos Estados Unidos. No entanto, os Estados Unidos mantiveram a mesma estratégia imperial de antes de 1991, e seguiram acumulando poder militar e econômico, numa velocidade muito superior a de todos os demais países desenvolvidos. E estabeleceu um novo tipo de poder imperial, sem colônias, baseado na sua capacidade de controle e intervenção militar em todas as regiões do mundo, e na sua capacidade de condicionar toda a economia mundial através de sua moeda e de suas finanças. Por isto, vários analistas passaram a falar pura e simplesmente de um novo tipo de “império militar global”, como é o caso do norte-americano, Chalmer Johnson, no seu livro “The Sorrows of Empire”, publicado em 2004:

5 “No atual padrão dólar-flexível, os crescentes déficits em conta corrente não impõem nenhuma restrição de balança de pagamentos à economia americana. Como o dólar é o meio de pagamento internacional, ao contrário dos demais países, praticamente todas as importações dos Estados Unidos são pagas em dólar. Isso também implica que praticamente todos os passivos externos norte-americanos são também denominados em dólar. Como os dólares são emitidos pelo FED, é simplesmente impossível (enquanto as importações americanas forem pagas em dólar) os Estados Unidos não terem recursos (dólares) suficientes para pagar suas contas externas. Além disso, naturalmente é o FED que determina diretamente a taxa de juros de curto prazo do dólar, enquanto as taxas de juros de longo prazo em dólar são inteiramente dominadas pela expectativa do mercado sobre o curso futuro da taxa do FED. Portanto, como a “dívida externa” americana é em dólar, os Estados Unidos estão na posição peculiar de determinar unilateralmente na taxa de juros que incide sobre sua própria dívida externa. Como a dívida pública americana que paga os juros determinados pelo FED é o ativo financeiro de maior liquidez em dólar, ela é também o ativo de reserva mais importante do sistema financeiro internacional.”, F.Serrano (2004), “Relações de poder e política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar-flexível”, in J.L.Fiori (org), O Poder americano, Editora Vozes, Petrópolis, p: 211.

entre 1989 e 2002 ocorreu uma revolução nas relações da América com o resto do mundo. No início deste período, a condução da política externa norte-americana era basicamente uma operação civil. Mas depois, os Estados Unidos deixaram de ter política externa, e tem agora um império militar. Durante este período de pouco mais do que uma década, nasceu um vasto complexo de interesses e projetos que eu chamo de império, e que consiste numa rede de bases navais permanentes, guarnições, bases aéreas, postos de espionagem e enclaves estratégicos em todos os continentes do globo. (Johnson, 2004: 22-23) ⁶

4 | A TESE

Resumindo o argumento: depois da “crise de hegemonia”, da década de 1970, os Estados Unidos redefiniram sua estratégia internacional, e seguiram expandindo seu poder militar e econômico até o fim da URSS e da Guerra Fria. E depois de 1991, os EUA terminaram de instalar uma infraestrutura militar global, no mesmo momento em que sua política econômica internacional impunha ao resto do mundo, uma moeda nacional, sem base metálica, com um poder internacional sem precedente na história do sistema capitalista. Por isto, do nosso ponto de vista, nem os EUA, nem o capitalismo, estão vivendo qualquer tipo de “crise terminal”. E não consideramos que o “declínio relativo” do poder americano — com relação ao crescimento da importância econômica e política da China — venha atingir a posição dos EUA, como *pivot* do sistema mundial, até 2030, pelo menos. Pelo contrário, nossa tese é que os Estados Unidos se transformou na cabeça de um Sistema Imperial que enfrenta — neste início do Século XXI — as contradições e as incertezas produzidas pela mudança do seu status, da condição de “potencia hegemônica”, até a década de 1970, para a condição de “potência imperial”, depois de 1991.

Este novo estatuto imperial obrigará os EUA a uma mudança na administração do seu poder global. E o mais provável é que os EUA adotem uma posição cada vez mais equidistante e arbitral em todos e cada uma dos grandes “tabuleiros geopolíticos” do sistema mundial. Sá fazendo intervenções diretas em última instância, e promovendo ativamente as divisões e os “equilíbrios de poder” regionais, segundo o modelo clássico da administração imperial da Grã Bretanha, durante os Séculos XIX. Isto não acontecerá sem conflito e sem guerras, e demais potências regionais e emergentes deverão trabalhar de forma permanente para construir blocos e coalizões capazes de resistir, equilibrar e algum dia superar o poder global dos EUA. Mas este será o jogo que estará sendo jogado nas próximas duas décadas: de um lado, os EUA se distanciando, e só intervindo em última instância, e do outro, as demais potências

⁶ Johnson, C. (2004) *The Sorrows of Empire*, Metropolitan Books, New York, p: 22-23.

regionais tentando escapar do “cerco americano”, através de coalizões de poder que neutralizem o divisionismo estimulado pelos EUA.

De qualquer maneira, é impossível saber exatamente como será administrado este novo tipo de Império, porque ele não é colonial, e terá que conviver com 195 Estados e economias nacionais, que são ou se consideram soberanos. A própria expansão do poder americano segue fortalecendo novas potências emergentes que deverão competir com os EUA, nas próximas décadas, pelas hegemonias regionais do mundo. Nesta direção, cabe lembrar que a vitória de 1991 não foi apenas americana, foi também uma vitória da Alemanha e da China, e representou uma perda de posição relativa da França, da Grã Bretanha e do próprio Japão. Por outro lado, o desaparecimento da URSS e o fortalecimento da China obrigou a Índia a assumir uma nova postura internacional, e a própria derrota da URSS, recolocou a Rússia de volta no mapa da geopolítica das nações, na condição de uma ex-potência que luta pela reconstituição do seu território, e de sua “zona de influência”. Além disto, no início do novo século, as guerras do Iraque e do Afeganistão, e as mudanças do Norte da África, já redefiniram as posições relativas dos países da Ásia Central e do Oriente Médio. E a própria expansão econômica do sistema mundial aumentou a importância regional da Turquia, do Brasil, da África do Sul e da Indonésia, entre outros. Por isto, é importante sublinhar as dificuldades e incógnitas próprias deste novo tipo de poder imperial que não exclui a possibilidade de derrotas ou fracassos militares localizados dos EUA, nem exclui a repetição de crises financeiras, como a de 2008, que tudo indica ter sido mais uma crise cíclica, própria do sistema monetário internacional que se formou a partir da década de 1970, e que é, por excelência, contraditório e instável. Dentro deste sistema, toda crise financeira interna da economia americana deverá afetar sempre, em maior ou menor grau, toda a economia mundial, pela corrente sanguínea do “dólar flexível” e das finanças globalizadas. Mas estas crises não deverão alterar, em princípio, a hierarquia econômica internacional, enquanto o governo e os capitais americanos puderem repassar os seus custos para terceiros países. Até porque, estas crises têm sido provocadas pela expansão vitoriosa e não pelo declínio do poder americano. Mas não há dúvida que a nova engenharia economia mundial — criada pela associação entre as economias americana e chinesa — contribuiu para transformar a Ásia no principal centro de acumulação capitalista do mundo, e também para transformar a China numa economia nacional com poder de gravitação sobre a economia mundial, equivalente ao dos Estados Unidos. Esta nova geoeconomia internacional e seu imenso potencial de crescimento aumentaram a intensidade da competição intercapitalista. E hoje já se pode falar de uma nova “corrida imperialista”, cujo espaço preferencial será a África. Esta nova “corrida imperialista” provocará um aumento dos conflitos localizados entre os principais estados e economias do sistema, mas não está no horizonte, uma nova “guerra hegemônica”. Daqui para frente, o que é essencial para o novo poder imperial americano, é impedir que alguma potência regional ameça a supremacia naval dos EUA, em alguma região do mundo; e, sobretudo impedir que ocorra uma “guerra hegemônica” capaz de atingir a supremacia militar global dos EUA.

Por fim, é possível dizer, com relação ao Brasil, em particular, que o país conquistou um razoável grau de autonomia, na primeira década do século XXI e já entrou no grupo dos estados e das economias nacionais que fazem parte do “calidoscópico central” do sistema, onde todos competem com todos, e todas as alianças são possíveis, em função dos objetivos estratégicos do país e da sua proposta de mudança do próprio sistema internacional. Esta nova importância política e econômica deverá crescer de forma contínua, até 2030, na América do Sul e no Atlântico Sul, incluindo o sul da África, mas o Brasil seguirá sendo um país sem capacidade de projeção global do seu poder militar.

5 | TENDÊNCIAS NA DIREÇÃO DE 2030

A partir da tese que foi exposta, é possível fazer algumas especulações a respeito do futuro dos principais tabuleiros geopolíticos do sistema mundial:

1. Começando pela Europa, onde começou a história do sistema interestatal capitalista, e que ainda detém o “software” do atual sistema mundial. Depois de 1991, aumentou o número de sócios da União Européia, e a extensão territorial coberta pela OTAN, mas depois do fim da Guerra Fria e da reunificação da Alemanha, e de uma grande euforia ideológica que durou toda a década de 90, a UE chegou a um impasse e aproximou-se cada vez mais da paralisia estratégica e decisória. E está cada vez mais visível o núcleo duro do impasse: a União Européia não dispõe de um poder central unificado e homogêneo, capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas, ao conjunto dos seus associados. Além disto, ela está cada vez mais dividida entre os diferentes projetos para a Europa da França, Grã-Bretanha e Alemanha, que são seus estados líderes e que tem entre si divergências estratégicas seculares. Divergências que ficaram adormecidas até o fim da Guerra Fria, mas que reapareceram depois com a reunificação da Alemanha e o ressurgimento da velha Rússia, dentro do cenário geopolítico europeu. Com a sua reunificação, a Alemanha se transformou na maior potência demográfica e econômica do continente, e passou a ter uma política externa mais autônoma, centrada nos seus próprios interesses nacionais. E nesta linha, vem se envolvendo cada vez mais com a hegemonia da Europa Central, e ao mesmo tempo vem estabelecendo laços cada vez mais extensos com a Rússia. Uma estratégia que recoloca a Alemanha no epicentro da luta pela hegemonia dentro de toda a

Europa, ofusca o papel da França e desafia o “americanismo” da Grã-Bretanha.

Por outro lado, com relação à Rússia, é importante lembrar que não houve um acordo de paz — depois do fim da URSS e da Guerra Fria — que definisse claramente as suas perdas e reparações. De fato, o território soviético não foi atacado, seu exército não foi destruído, e seus governantes não foram excluídos ou punidos. Mas a despeito disto, durante toda a década de 90, os Estados Unidos e a União Européia, junto com a OTAN, incentivaram a autonomia dos países da antiga zona de influência soviética e promoveram ativamente o desmembramento do próprio território russo — começando pela Letônia, Estônia e Lituânia, e seguindo pela Ucrânia, a Bielorrússia, os Bálcãs, o Cáucaso e os países da Ásia Central. Em 1890, o Império Russo, construído por Pedro o Grande e Catarina II, no século XVIII, tinha 22.400.000 Km² e 130 milhões de habitantes, era o segundo maior império territorial contínuo da história da humanidade e uma das cinco maiores potências da Europa. No século XX, durante o período soviético, o território russo se manteve do mesmo tamanho, a sua população chegou aos 300 milhões de habitantes e a URSS se transformou na segunda maior potência militar e econômica do mundo. Hoje, a Rússia tem 17.075.200 Km² e apenas 152 milhões de habitantes, ou seja, na década de 1990 a Rússia perdeu cerca de 5.000.000 de Km² e aproximadamente 140 milhões de habitantes. Mas apesar disto, a Rússia ainda mantém seu arsenal atômico, junto com a decisão cada vez mais explícita de retomar seu lugar e sua importância dentro do continente eurasiático. Do outro lado do tabuleiro, desde 1991, os Estados Unidos e a União Européia tutelaram a desmontagem do “território soviético” e lideraram a expansão da OTAN, na Europa Central. Esta ofensiva estratégica da OTAN e da União Européia e a sua intervenção conjunta nos Bálcãs foram uma humilhação para os russos. Ela provocou uma reação imediata e defensiva que começou com o governo de Vladimir Putin, em 2000, e seguiu nos anos seguintes com a recentralização do poder do estado e da economia russa, com a retomada do seu complexo militar-industrial, com a nacionalização seus recursos energéticos e com a definição de uma nova doutrina estratégica do estado russo que autoriza o uso de armamento nuclear, em caso de um ataque — ainda que convencional — à Rússia.

Nos próximos anos, não é impossível que Alemanha e Rússia busquem uma aproximação mais estreita, uma vez que a Rússia é a maior fornecedora de energia da Alemanha e de toda a Europa, além de ser a segunda maior potência atômica do mundo. E a Alemanha tem condições de fornecer à Rússia a tecnologia e o capital de que necessita para recuperar o dinamismo econômico indispensável à uma grande potência. Esta aproximação afetará radicalmente o futuro da União Européia e de suas relações com os Estados Unidos, e não é improvável que traga de volta a competição geopolítica dos estados europeus que foram os fundadores do atual sistema mundial. Mas o movimento decisivo ainda está nas mãos dos EUA que seguirá sendo o pivot militar da Europa, por muito tempo. E existem pelo menos duas grandes alternativas no horizonte estratégico do poder imperial americano, tendo presente que os EUA já controlam as forças da OTAN, e os arsenais atômicos da Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Turquia. A primeira alternativa, é manter a estratégia clássica, definida por Alfred Mackinder, no final do século XIX. A mesma estratégia que foi seguida pela Grã-Bretanha, durante o século XIX, e foi mantida pelos EUA, depois do fim da II Guerra Mundial: cercar a Rússia e impedir de todas as maneiras a sua aproximação da Alemanha. Esta foi de novo a opção dos EUA, depois do fim da Guerra Fria, com a incorporação militar da Europa Central à OTAN, e o estabelecimento de bases militares americanas nos territórios da Ásia Central, como forma de apoio às guerras do Iraque e do Afeganistão. Mas existe a possibilidade de uma segunda alternativa, mais inovadora e ousada, que poderia redesenhar o mapa geopolítico da Europa e do mundo, com efeitos imediatos sobre a geopolítica da Ásia Central e do Oriente Médio. Neste caso, os EUA promoverão um acordo de médio prazo de “pacificação” da fronteira russa, junto com uma acomodação negociada com o Irã, envolvendo o apoio da Rússia e a simpatia implícita da Alemanha. Sendo assim, a Rússia daria uma contribuição decisiva para a estabilização da Ásia Central, e do Oriente Médio. Neste caso, através de uma negociação envolvendo o Irã e a Turquia, com vistas à construção de um novo equilíbrio de poder regional. Em troca disto, a Rússia teria o apoio norte-americano para retomar sua “zona de influência”, e reconstruir sua hegemonia nos territórios perdidos, depois da Guerra Fria. Desde que fosse sem o uso das armas, e pelo caminho do mercado e das pressões diplomáticas, como lhe foi permitido e aconteceu com a Alemanha e o Japão, a partir da década de

1950. Esta aliança estratégica com a Rússia ajudaria a bloquear a expansão chinesa, e envolveria o apoio econômico americano ao desenvolvimento do capitalismo russo, com vistas à sua superação do seu viés atual, de natureza “primário-exportadora”.

2. No leste e sudeste asiático, o sistema de estados e economias nacionais, lembra, cada vez mais, o velho modelo europeu de acumulação de poder e riqueza, que está na origem do atual sistema mundial. É a zona de maior dinamismo econômico, dentro do sistema mundial, e, ao mesmo tempo, é onde está em curso a competição mais intensa e explícita, pela hegemonia regional, envolvendo suas velhas potências imperiais, a China, o Japão e a Coreia, mas também a Rússia, e os Estados Unidos. Até os anos 30, o Japão foi o aliado principal da Grã Bretanha na região, e depois, também, dos Estados Unidos até a invasão japonesa da China, em 1938. Durante a 2ª. Guerra Mundial, os Estados Unidos se opuseram à invasão japonesa e se aproximaram da China, patrocinando sua participação na reunião tripartite de Moscou, em que foi convocada a Conferência de São Francisco, e depois patrocinaram a inclusão da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com o começo da Guerra Fria, e com a vitória da Revolução Chinesa, seguida pelas Guerras da Coreia e do Vietnã, o Japão foi “reabilitado” e foi transformado em “protetorado militar” dos Estados Unidos, com uma posição econômica muito importante, dentro da hegemonia americana no sudeste asiático. Mas, a partir da década de 70, a mudança da estratégia internacional dos Estados Unidos e sua reaproximação da China, alteraram essa arquitetura regional montada depois da 2ª. Grande Guerra. Hoje não há dúvida que a grande novidade geopolítica do Leste e Sudeste Asiático, é um produto direto da expansão econômica da China, e da sua disposição crescente de lutar pela hegemonia política e militar regional. Do ponto de vista geopolítico, o mais provável — até 2030 — é que a China se restrinja à luta pela hegemonia no sudeste asiático, e à sua região próxima do Pacífico, mantendo-se fiel à sua estratégia atual de não provocar nem aceitar nenhum tipo de confronto fora de sua “zona de influência” Mas se a China seguir o caminho passado de todas as Grandes Potências do sistema interestatal capitalista, o mais provável é que tenha que combinar — em algum momento, depois disto — a sua nova centralidade econômica mundial com algum tipo de expansão política e militar para fora da sua própria região imediata. A China tem uma posição geopolítica

desfavorável, com um território interior amplo e cercado, e uma fronteira marítima muito extensa, não contando ainda com um poder naval capaz de se impor ao controle norte-americano do Pacífico Sul. Sem poder naval, a China não irá muito longe. E tomarão muitos anos ainda para que a China venha a ter uma capacidade naval em condições de ameaçar o controle marítimo global da Marinha norte-americana. O próprio Japão tem uma capacidade naval maior do que a China. E com certeza, os EUA deverão incentivar o aumento do poder militar do Japão e da Coreia, com vistas a um equilíbrio de poder regional, que contenha a China dentro de sua própria região.

3. Se os EUA refizerem suas relações com a Rússia, como já dissemos, estarão promovendo também uma mudança no equilíbrio de poder, no Oriente Médio e na Ásia Central, onde se situam os principais conflitos e as principais dificuldades americanas, neste início do Século XXI. Para começar, terão que reconhecer o papel central do Irã como a potencia militar com capacidade de condicionar os desdobramentos políticos e geopolíticos do Golfo Pérsico, da Palestina e também do Afeganistão e Paquistão. Com ou sem o domínio da tecnologia atômica e a posse de um modesto arsenal nuclear. Este reconhecimento americano envolverá um realinhamento de suas alianças tradicionais na região, em particular com Israel e Arábia Saudita. Israel tem capacidade de sobrevivência autônoma, e a dinastia Saudita não é absolutamente indispensável para a presença regional do EUA. Neste redesenho de forças, a Turquia deve ocupar um papel cada vez mais importante, constituindo-se numa peça essencial do equilíbrio de poder que será promovido pelos norte-americanos. O Iraque deverá perder importância e ficará sob uma influência estabilizadora do Irã, e o mesmo deve acontecer com o Líbano. No curto prazo a mudança mais difícil de administrar será mesmo, entre o próprio Irã e a Arábia Saudita, porque o confronto Irã versus Israel deve ficar mais distante, na medida em que os EUA reconheçam a importância e estabeleçam uma forma de acomodação com o governo iraniano que busca a hegemonia regional, mas não tem traços nem tradição de expansionismo territorial. Com relação à Ásia Central, a possibilidade de um grande acordo entre os EUA e a Rússia, deve facilitar a retomada de posições regionais por parte dos russos e deve facilitar a saída americana e a neutralização do Afeganistão. Sem que os EUA desfaçam seu apoio simultâneo ao Paquistão e à Índia, como forma de neutralizar e de estabilizar o

sul da Ásia, mantendo a Índia ocupada com a sua própria região e com a ameaça do Paquistão e da China.

4. Durante a década de 90, generalizou-se a convicção de que a África seria um continente “inviável” e marginal dentro do processo vitorioso da globalização econômica. Tratava-se de um continente que não interessaria às Grandes Potências, nem às suas corporações e bancos privados. Mas a África não é tão simples nem homogênea, com seus 53 estados, 5 grandes regiões, e seus quase 800 milhões de habitantes. Um mosaico gigantesco e fragmentado de estados, onde não existe um verdadeiro sistema estatal competitivo, nem tampouco se pode falar de uma economia regional integrada. De fato, o atual sistema estatal africano foi criado pelas potências coloniais européias e só se manteve “integrado”, até 1991, graças à Guerra Fria e a sua disputa bipolar, que atingiu a África Setentrional, depois da crise do Canal de Suez em 1956; e a África Central, depois do início da luta pela independência do Congo, na década de 60; e finalmente, a África Austral, depois da independência de Angola e Moçambique, em 1975. Depois da Guerra Fria, e depois do fracasso da intervenção dos Estados Unidos na Somália, em 1993, os EUA redefiniram sua estratégia para o continente negro: propondo como objetivo central, o crescimento econômico, através dos mercados, da globalização e da democracia. Poucos anos depois, durante o primeiro governo republicano de George Bush (filho), os Estados Unidos participaram de várias negociações e forças de paz, e se envolveram no controle dos processos eleitorais das novas democracias, da Libéria, de Serra Leoa, do Congo, do Burundi e do Sudão. Mas de fato, a preocupação dos Estados Unidos com a África se restringiu até o fim da primeira década do século XXI, quase exclusivamente, à disputa das regiões petrolíferas e ao controle e repressão das forças islâmicas e dos grupos terroristas do Chifre da África. Mas a tendência, nas próximas duas décadas, é uma mudança do comportamento americano, e uma tentativa de retorno dos europeus, na medida em que a África se transforme — uma vez mais — no epicentro da nova “corrida imperialista que já está em curso e que deverá se aprofundar ainda mais, até 2030.” Neste período, não é improvável que as velhas e novas potências do sistema mundial, envolvidas na disputa pelos recursos estratégicos da África, voltem a pensar na possibilidade de conquista e dominação colonial de alguns dos atuais países africanos que foram criados pelos próprios colonialistas europeus.

6 | AMÉRICA DO SUL: UMA REGIÃO MUITO PARTICULAR

Durante o século XIX, as guerras e as disputas políticas e territoriais entre os grupos de poder que se consolidaram durante o período colonial, e entre os novos estados que se formaram durante a primeira metade do século XIX, produziram — em algumas regiões da América do Sul — os mesmos efeitos tendenciais das guerras de centralização do poder e de formação dos estados e economias nacionais europeias. E mesmo reconhecendo a existência de relações de estreita dependência estratégica e econômica, com relação à Inglaterra e aos EUA, durante os séculos XIX e XX, respectivamente, não se pode desconhecer ou diminuir o papel decisivo que tiveram no desenvolvimento político e econômico desses países, as suas estratégias de poder internas, e as suas lutas pelo controle hegemônico de algumas regiões do continente, em particular no caso do Cone Sul. Mesmo assim há que reconhecer que os estados sul-americanos não ocuparam — até hoje — uma posição importante nas grandes disputas geopolíticas globais. No século XIX, a América do Sul foi uma zona tutelada militarmente pela Inglaterra e foi ao mesmo tempo, uma zona de experimentação do imperialismo britânico do “livre comércio”. Já no século XIX, quase todos os países sul-americanos, com exceção da Argentina, durante o período peronista, alinharam ao lado dos Estados Unidos, na Segunda Guerra, e durante a Guerra Fria. E até a década de 70, apoiaram de forma mais ou menos coerente, as políticas desenvolvimentistas patrocinadas pelos Estados Unidos. Nos anos 60, entretanto, depois da vitória da Revolução Cubana, os Estados Unidos mudaram sua política no continente e passaram a apoiar os golpes e governos militares que se reproduziram através de quase toda a América do Sul. E após a derrubada do presidente chileno, Salvador Allende, em 1973, passaram a incentivar um novo tipo de regime autoritário, conservador e partidário das políticas econômicas ultraliberais patrocinadas em todo o mundo, pelas duas grandes potências anglo-saxônicas. O Brasil foi o último país sul-americano a aderir à nova hegemonia ideológica neoliberal, depois sua redemocratização, e depois que seu projeto desenvolvimentista foi implodido pela política externa e pela política econômica internacional dos Estados Unidos da América.

Na década seguinte, quase todos os governos do continente se alinharam com os EUA no projeto de “globalização liberal” e das políticas do chamado “Consenso de Washington” que produziram sucessivas crises cambiais, como no caso do México, em 1994, da Argentina, em 1999 e do Brasil, em 2001, levando ao esgotamento e abandono progressivo do Consenso. Mas depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 a política externa norte-americana mudou de rumo, relegando ao segundo plano as questões econômicas e priorizando o combate global ao terrorismo. Mesmo sem grande entusiasmo, o governo Bush ainda seguiu patrocinando o projeto da ALCA de integração econômica continental, proposto na década de 90, pela Administração Clinton. Mas a resistência sul-americana, e em particular, a oposição do Brasil e da Argentina após 2002, esvaziaram e logo engavetaram a proposta norte-americana

em 2005. Então os EUA desistiram do seu projeto de mercado comum e passaram a negociar tratados comerciais bilaterais com alguns países do continente. De tal forma que, depois do fracasso das políticas neoliberais do Consenso de Washington, do abandono do projeto da ALCA e da desastrosa intervenção norte-americana a favor do golpe militar da Venezuela, em 2003, os Estados Unidos mudaram sua posição no que se referia aos assuntos continentais. Eles mantiveram sua supremacia militar e sua importância econômica para toda a América do Sul, mas perderam sua liderança ideológica no continente e adotaram, a partir daí, uma posição mais imperial e distante dos assuntos regionais, que se manteve até quase o fim da década. No mesmo período, a maioria dos governos sul-americanos fizeram um “giro à esquerda” e foram bafejados pela bonança da economia mundial, até a crise de 2008.

No início da segunda década do Século XXI, é possível identificar duas grandes transformações geopolíticas e econômicas, que deverão se aprofundar até 2030: I) a crescente projeção da liderança diplomática e econômica do Brasil, dentro da América do Sul; e II) o aumento exponencial da importância da China para o funcionamento e o crescimento da economia regional.

6.1 | A Liderança Política e Econômica do Brasil

O Brasil controla atualmente metade da população e do produto sul-americano, é hoje o player regional mais importante no tabuleiro geopolítico da América do Sul e vem tendo uma presença cada vez mais afirmativa, mesmo na América Central e no Caribe. O Brasil aceitou o comando da “missão de paz” das Nações Unidas no Haiti, tomou uma posição decidida a favor da reintegração de Cuba na comunidade americana e tem defendido, em todos os foros internacionais, o fim do bloqueio econômico a Cuba. Ao mesmo tempo, tem exercido uma razoável influência ideológica sobre alguns governos de esquerda da América Central e tomou uma posição rápida e dura frente ao golpe de estado militar de Honduras, em junho de 2009, e na tensão com os Estados Unidos, com respeito à coordenação da ajuda ao Haiti, no terremoto de Porto Príncipe, no início de 2010.

Mas apesar do seu maior ativismo diplomático, o Brasil ainda não tem possibilidade de competir ou questionar o poder americano, no seu “mar interior caribenho”. Na América do Sul, entretanto, o Brasil tem demonstrado vontade e decisão de defender seus interesses e o seu próprio projeto de segurança e de integração econômica do continente. Com a expansão do MERCOSUL, a criação da UNASUL e do Conselho Sul-Americano de Defesa, o Brasil contribuiu para o engavetamento do projeto da ALCA e reduziu a importância do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e da Junta Interamericana de Defesa, que contam com o aval dos Estados Unidos. Além disto, o Brasil teve uma participação ativa e pacificadora nos conflitos entre Equador e Colômbia e entre Colômbia e Venezuela, e fez uma intervenção discreta

e eficiente para impedir que o conflito interno da Bolívia se transformasse numa guerra de secessão territorial na sua própria fronteira e bem no coração da América do Sul.

Em setembro de 2009, o Brasil assinou um acordo estratégico militar com a França, que deverá alterar a relação do Brasil com os EUA e transformar o país — em alguns anos mais — na maior potência naval da América do Sul, com capacidade simultânea de construir submarinos convencionais e atômicos e de produzir os seus próprios caças bombardeiros. Esta decisão não caracteriza uma corrida armamentista entre o Brasil e seus vizinhos do continente, nem muito menos com os EUA, mas sinaliza uma mudança da posição internacional brasileira e uma decisão brasileira de aumentar sua capacidade político-militar de “veto”, dentro da América do Sul, com relação às posições norte-americanas.. Neste mesmo período, a Venezuela e a Argentina também assinaram acordos militares e financeiros com a Rússia e o Chile e a Colômbia mantiveram seus gastos militares, que são relativamente, os mais altos do continente (cerca de 3,4% e 4% do PIB doméstico, respectivamente). Mas apesar das novas compras e dos novos armamentos, nenhum dos países sul-americanos tem ou adquiriu capacidade de projetar seu poder militar muito além de suas próprias fronteiras.

Pelo lado econômico, o diferencial entre o Brasil e o resto do continente também está crescendo e deve ficar ainda maior, depois da crise econômica de 2008. Em 2001, o produto interno brasileiro foi de 554.441 milhões de dólares, a preços constantes, segundo o “*World Economic Outlook*,” do FMI, e era inferior a soma do produto dos demais países sul-americanos, de cerca de U\$ 642 milhões, segundo o FMI. Oito anos depois, esta relação mudou radicalmente: o PIB brasileiro cresceu e alcançou a casa dos 1.729.000 milhões de dólares, a preços constantes, mais do que o dobro da soma do produto de todos os demais países sul-americanos, que chegou a cerca de 1.350 milhões de dólares. Neste mesmo período, a economia brasileira obteve superávits comerciais expressivos e crescentes com todos os países da região (com exceção da Bolívia) e houve aumento dos investimentos privados que vem progredindo de forma constante, em quase toda a região. Basta acompanhar a carteira do BNDES de apoio aos investimentos privados brasileiros na América do Sul, que está em U\$ 15,6 bilhões em 2009, sendo que tinha uma média bianual de U\$ 550 milhões até 2004, para U\$ 855 milhões em 2005 e 2006, e para U\$ 4.174 bilhões em 2007 e 2008. Paralelamente, os governos brasileiro e argentino firmaram acordo para um crédito de swap, no valor de US\$ 3,5 bilhões, nos moldes do que foi oferecido pelo FED, durante a crise de 2008. Pelo novo acordo, se a Argentina ou o Brasil utilizarem os recursos ou parte deles, pagará o equivalente à taxa de juros básica de cada um dos dois países. Esta iniciativa se inscreve numa estratégia maior do governo brasileiro, que se propõe a oferecer nos próximos anos o mesmo mecanismo de apoio e compensação, para o Paraguai, Uruguai e Bolívia. Entretanto, por mais rápida que tenha sido a reversão da crise de 2008, ela expandiu as assimetrias econômicas regionais e contribuiu para o surgimento de novas divergências e conflitos entre os governos regionais, o que coloca no horizonte brasileiro problemas e desafios, muitos

deles ainda desconhecidos, porque resultam da própria importância e do peso real que o Brasil adquiriu na última década dentro da América do Sul.

6.2 | O Aumento da Importância Econômica da China

No caso da China, a evolução das variáveis econômicas é ainda mais impressionante, porque incluem os dados referentes à penetração chinesa nos próprios mercados brasileiros. Neste início do século XXI, tanto na América do Sul como na África, a entrada da China tem sido um fator decisivo na “desestabilização” da “antiga ordem” econômica destas regiões e uma componente essencial da intensificação da competição econômica imperialista nestas duas regiões. Entre 2003 e 2008, a China mais que dobrou sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos, aumentando de 5,38% para 12,07%, e o valor bruto subiu mais de 700%, passando de U\$6,5 bilhões para U\$ 54,6 bilhões de dólares. Para que se tenha uma idéia comparativa, neste mesmo período, as exportações brasileiras para a América do Sul cresceram 282,8%, e a participação destes mercados nas exportações brasileiras, passou de 13,8% para 19,6%, e em valores absolutos, de U\$ 10.140 bilhões, para U\$ 38.823 bilhões de dólares. No caso dos mercados argentinos, a participação brasileira recuou de 42% para 31,5%, enquanto que a participação chinesa subiu de 21,5% para 30,5%, durante a crise econômica recente. O mesmo aconteceu na Venezuela, onde a participação chinesa subiu de 4,4%, em 2008, para 11,5%, nos quatro primeiros meses de 2009. A parcela chinesa também aumentou pelo lado dos investimentos, e hoje a América Latina, como um todo, recebe 18% dos recursos do país asiático, perdendo apenas para a Ásia, para onde vão 63% do investimento externo chinês. Só entre janeiro e abril de 2009, o Banco Central do Brasil registrou uma entrada de capitais chineses no valor de U\$ 66,1 milhões de dólares, 72% a mais de tudo o que a China investiu no Brasil, durante todo o ano de 2008.⁷ Só em 2009, o fundo soberano do governo chinês realizou um investimento em papéis da companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores aplicações realizadas por Pequim em Bolas de Valores, nos Estados Unidos. E já no ano seguinte, em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o maior parceiro comercial do Brasil. No mesmo ano de 2009, o Banco do Desenvolvimento da China anunciou um financiamento de U\$ 10 bilhões para a Petrobras, e os Bancos Centrais dos dois países negociaram um primeiro swap cambial similar ao que a China já havia criado com a Argentina, no valor de 10.200 bilhões de dólares, para serem utilizados em caso de falta de liquidez ou perda de reservas internacionais. A China assinou também um acordo de U\$ 7.5 bilhões com a Venezuela para a criação de

⁷ Fontes de dados: Planilha Dados capitais EUA – Depto do Tesouro dos EUA <http://www.treas.gov/tic/> Planilha FDI – Bureau of Economic analysis do Depto de Comércio dos EUA <http://www.bea.gov/international/di1fdibal.htm> Dados de comércio da UNCOMTRADE – United Nations Commodity Trade Statistics Database. Dados de comércio vieram da UNCOMTRADE – United Nations Commodity Trade Statistics Database Global Financial Stability Report. International Monetary Fund, October 2009, <http://WWW.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2009/02/pdf/text.pdf> Informações econômicas dos jornais O Valor Econômico e Financial Times.

uma *joint venture* visando à construção de uma ferrovia conectando regiões agrárias e petroleiras dentro da Venezuela. De tal maneira que no final da primeira década, o mapa dos investimentos chineses na América Latina, a grosso modo é: no Uruguai, produzem automóveis; no Peru e Venezuela financiam obras de infraestrutura ; no Chile, financiam a pesca; na Colômbia, pretendem se associar na construção de um oleoduto de grandes proporções. O principal interesse dos chineses na América do Sul segue sendo os recursos naturais e minerais, mas sua participação nas licitações dos governos locais vem crescendo de forma agressiva e o cenário para os próximos anos promete uma sobre oferta de produtos e capitais chineses, que deve derrubar barreiras e constituir-se num imenso desafio competitivo para os capitais norte-americanos e brasileiros. Mas é importante destacar que neste período não houve nenhum sinal, nem há a menor perspectiva, de que a China queira se envolver no jogo geopolítico sul- americano, na próxima década.

Por outro lado é possível identificar, no período mais recente, duas mudanças que ainda não se consolidaram plenamente, mas deverão pesar decisivamente nas escolhas e decisões que o Brasil e a América do Sul façam, neste início da segunda década do século: I) a volta do ativismo diplomático e militar dos Estados Unidos, dentro da região; e II) a desaceleração do projeto de integração regional, depois da crise de 2008.

6.3 | O Novo Ativismo Militar dos Estados Unidos

Já no final do governo de George Bush, os Estados Unidos mudaram sua posição, diminuindo se grau de envolvimento político com os assuntos e países sul-americanos e aumentando o volume da sua presença. Inscreve-se nesta nova perspectiva americana, sua decisão de reativar a IVª Frota Naval responsável pelo controle marítimo do Atlântico Sul. E logo em seguida, a assinatura do acordo militar com a Colômbia que deu acesso aos norte-americanos a sete bases aéreas e navais, dentro do território colombiano, enfraquecendo os planos de defesa conjunta e autônoma do continente, liderados pelo Brasil. Com relação à América Central e ao Caribe, a posição americana foi e sempre é mais incisiva e excludente. Em última instância, sua posição segue sendo a mesma das últimas décadas, tal como foi definida por Nicholas Spykman — o geopolítico norte-americano — na década de 40, antes mesmo que terminasse a II Guerra Mundial e começasse a bipolaridade da Guerra Fria. Segundo Spykman: “a América Mediterrânea é uma zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos se trata de um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos. O quem significa que o México, a Colômbia e a Venezuela ficarão sempre numa posição de dependência absoluta dos Estados Unidos”⁸. Esta visão geopolítica dos EUA, explica a permanência até hoje das

8 N. Spykman, “America’s Strategy in World Politics”, New York: Harcourt, Brace and Company, 1942, p:60).

suas 13 bases militares localizadas em Cuba, Porto Rico, Aruba, Curaçao, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Panamá, e agora de suas novas bases localizadas no território colombiano. A reafirmação desta posição norte-americana, com relação à América Central e ao Caribe, explica a extensão militar da intervenção norte-americana no caso do terremoto de Porto Príncipe, no Haiti, e não autoriza grandes ilusões com relação às negociações em curso entre EUA e Cuba, sobre o bloqueio econômico da ilha. Do ponto de vista americano, Cuba pertence à sua “zona de segurança”, porém o país acabou se transformando num símbolo de resistência que é intolerável para os seus vizinhos do norte. Por sua vez, Cuba não tem como abrir mão do poder que acumulou a partir de sua posição defensiva e de sua resistência vitoriosa. A hipótese de uma “saída chinesa” para Cuba é impossível, porque se trata de um país pequeno, com baixa densidade demográfica e com uma economia que não dispõe da massa crítica indispensável para uma relação complementar e competitiva com os norte-americanos. Por isto, o mais provável é que os Estados Unidos mantenham seu objetivo de “enquadrar” Cuba e fragilizar o seu núcleo duro de poder e que Cuba se mantenha na defensiva, prolongando indefinidamente as negociações e mantendo o problema cubano como uma pedra no meio do caminho entre os Estados Unidos e toda a América Latina. Com relação à América do sul, entretanto, a reativação da IVª Frota Naval dos EUA, em julho de 2008, inscreve-se dentro de um linha mais realista e imperial realista de definição militar das “zonas de influencia” de interesse norte-americano, mesmo na ausência de liderança ou hegemonia político-ideológica, por parte dos Estados Unidos. Num primeiro momento, as autoridades americanas justificaram a reativação da sua IVª Frota — criada em 1943, e desmantelada em 1950 — como uma simples decisão “administrativa”, tomada com objetivos “pacíficos, humanitários e ecológicos”. Mas num segundo momento, o almirante Gary Roughead, chefe de Operações Navais da Marinha Americana redefiniu o objetivo da nova Frota como sendo “proteger os mares da região, daqueles que ameaçam o fluxo livre do comércio internacional”, ao mesmo tempo em que advertia, que “ninguém deveria se enganar: porque esta frota estará pronta para qualquer operação, a qualquer hora e em qualquer lugar, num máximo de 24 a 48 horas”. E o mesmo aconteceu com a justificativa para as novas bases militares em território colombiano. Também neste caso, os argumentos foram humanitários ou ligados aos conflitos internos locais. Mas de fato, o novo poder aéreo instalado na Colômbia tem capacidade real de se projetar sobre a Amazônia e sobre quase todo o território sul-americano, completando o cerco de proteção naval e aérea do continente, por parte do poder militar norte-americano.

6.4 | A Nova Desaceleração do Projeto de Integração Sul-Americana

Conforme visto, a vitória das forças de esquerda e o crescimento generalizado das economias regionais — entre 2001 e 2008 — estimularam e fortaleceram os projetos de integração da América do Sul, em particular o Mercosul, liderado pelo Brasil e Argentina, e a ALBA, liderada pela Venezuela. Com a crise de

2008 este cenário mudou. Num primeiro momento, devido às limitações fiscais, e à dificuldade de financiar os projetos econômicos e sociais, nacionais e continentais que haviam sido concebidos na fase anterior. Mas a América do Sul saiu rapidamente da crise e retomou o caminho do crescimento, em grande medida, graças à demanda chinesa que manteve os altos preços das commodities sul-americanas. Mas esta retomada aprofundou, de forma paradoxal, algumas antigas dificuldades objetivas do projeto sul-americano, em particular: I) o fato de que as economias sul-americanas sejam quase todas economias primário-exportadoras e pouco integradas entre si; II) a existência de grandes assimetrias e desigualdades nacionais e sociais dentro de cada país, e da região como um todo; III) a falta de uma infraestrutura continental eficiente; IV) e finalmente, a falta de objetivos regionais permanentes, capaz de unificar a visão estratégica do continente.

7 | POSSIBILIDADES E ESCOLHAS DA AMÉRICA DO SUL E DO BRASIL

O projeto de integração sul-americana nunca foi uma política de Estado, mantendo-se como um sonho sazonal, que se fortalece ou enfraquece dependendo das flutuações da economia mundial e das mudanças de governo dentro da própria América do Sul. Novamente, o projeto de integração sul-americano está enfrentando um ciclo de baixa, aumentando a polarização ideológica e política entre as forças políticas internas que defendem idéias e políticas cada vez mais desenvolvimentistas e nacionalistas e as forças conservadoras e neoliberais encontram-se cada vez mais alinhadas com os Estados Unidos, e com suas políticas e projetos liberais. Assim mesmo, é possível identificar as alternativas fundamentais que deverão ser enfrentadas pelos novos governantes responsáveis pelos destinos do continente, nas próximas duas décadas. Em primeiro lugar, do ponto de vista econômico, o mais provável é que a América do Sul se mantenha na sua condição tradicional de periferia econômica exportadora, mesmo ampliando e diversificando seus mercados, na direção da Ásia e da China. Mas existe também a possibilidade de que os governos regionais consigam manter sua decisão atual de construir uma nova infraestrutura de comunicações e uma nova estrutura produtiva integrada, dentro do espaço econômico sul-americano, em particular no eixo Brasil-Argentina. Isto supõe uma decisão de estado e uma capacidade de manter em pé o projeto integracionista, independente dos conflitos e divergências locais e das próprias mudanças futuras de governo. Como pré-requisito, é preciso levar a frente à integração da infraestrutura física energética do continente e desenvolver cada vez mais o seu mercado interno, com a redução da sua dependência macroeconômica às flutuações dos mercados compradores e dos preços internacionais. Neste ponto, não existe meio termo: os países dependentes da exportação de produtos primários, mesmo no caso do petróleo, serão sempre países periféricos, incapazes de comandar sua própria política econômica e incapaz de comandar sua participação soberana

na economia mundial. Em segundo lugar, do ponto de vista político, da segurança e da defesa continental, existe a possibilidade de que a América do Sul se mantenha sob a sua tradicional proteção norte-americana. Mas existe também a possibilidade da construção sul-americana de um caminho autônomo. Neste caso, a região deverá construir um sistema de segurança e defesa coletiva regional, em que todos os países sul-americanos participem na condição de aliados estratégicos. A história ensina que o processo expansivo dos Estados Unidos, (como de todas as grandes potências anteriores) não tem limites, e neste processo não existe lugar para a “neutralidade”. Os que se consideram “neutros” são sempre países irrelevantes ou que acabam sucumbindo. Por isto, o que resta é uma disjuntiva implacável: de um lado, a possibilidade do alinhamento ou submissão às potências expansivas, e do outro, a necessidade de fortalecer-se como país ou como grupo de países aliados, capazes de dizer “não”, quando for necessário, e capazes de defender-se, quando for inevitável.

De qualquer maneira, o futuro da América do Sul será cada vez mais dependente das escolhas e decisões tomadas pelo Brasil. Em primeiro lugar, este país terá que decidir sobre a sua própria estratégia econômica nacional porque se for pelos “caminhos do mercado” o Brasil se transformará, inevitavelmente, numa economia exportadora de alta intensidade, de petróleo, alimentos e commodities, uma espécie de “periferia de luxo” dos grandes potências compradoras do mundo, como foram no seu devido tempo, a Austrália e Argentina, ou o Canadá, mesmo depois de industrializado. E se isto acontecer, o Brasil estará condenando o resto da América do Sul à sua condição histórica secular, de periferia “primário-exportadora” da economia mundial. Mas o Brasil tem hoje capacidade e possibilidade de construir um caminho totalmente novo dentro da América do Sul, similar ao da própria economia norte-americana, combinando indústrias de alto valor agregado, com a produção de alimentos e commodities de alta produtividade, sendo ao mesmo tempo, auto-suficiente do ponto de vista energético. Entretanto, esta não é uma escolha puramente técnica ou econômica, ela supõe uma decisão preliminar, de natureza política e estratégica, sobre os objetivos do estado e da inserção internacional do Brasil. E neste caso, existem duas alternativas para o Brasil: manter-se como sócio preferencial dos Estados Unidos, na administração da sua hegemonia continental, como é o caso do Canadá, ou lutar para aumentar sua capacidade de decisão estratégica autônoma, no campo da economia e da sua própria segurança, através de uma política hábil e determinada de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos, envolvendo também as demais potências do sistema mundial, no fortalecimento da sua relação de liderança e solidariedade com os países da América do Sul. Para isto, o Brasil terá que desenvolver instrumentos e competências para poder atuar simultaneamente no tabuleiro regional, e também em outros espaços transversais de articulação de interesses e alianças, como é o caso, por exemplo, do grupo das “potências continentais”, que analisaremos no nosso próximo ponto. O que é absolutamente certo é que as escolhas brasileiras serão decisivas para o futuro da América do Sul.

8 | ALIANÇAS DO BRASIL FORA DA AMÉRICA DO SUL

Por imposição geográfica, histórica e constitucional, a prioridade número um da política externa brasileira sempre foi a América do Sul, durante o Império, e desde o início da República. Entretanto, as dimensões naturais do país, somadas à projeção global do seu crescimento econômico e à eficácia da sua política externa, na primeira década do século XX, projetaram a presença e a importância brasileira para fora das fronteiras continentais. E hoje, já é impossível discutir a inserção internacional do Brasil sem inserir seus objetivos e compromissos sul-americanos, numa perspectiva de expansão global dos seus interesses. O país está se aproximando e estabelecendo alianças com alguns outros Estados para propor mudanças das instituições e das regras de gestão da ordem mundial, que se consolidou depois do fim da Guerra Fria. Deste ponto de vista, se destacam alguns países pelo seu dinamismo econômico e pelo ativismo de suas políticas externas. E o próprio governo brasileiro tem trabalhado com uma estratégia que privilegia, em várias questões da agenda internacional, as relações e alianças possíveis, cruzadas e transitórias, com as outras “potências continentais”, além dos Estados Unidos: como é o caso da China, Índia, na Ásia, e da África do Sul, na África Negra e no Atlântico Sul..

Na geopolítica das nações, não há lugar para alianças baseadas apenas em médias estatísticas, semelhanças sociológicas ou analogias históricas. E as coincidências ideológicas só operam com eficácia, quando coincidem com as necessidades dos países, do ponto de vista do seu desenvolvimento e de sua segurança. Deste modo, a formação de um espaço econômico com grandes fluxos comerciais e financeiros, entre a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul, é um fato novo, e pode vir a ser a base material de algumas parcerias setoriais, e localizadas, entre todos ou alguns destes quatro países. Mas é muito pouco provável que, este simples nexos econômico, sustente ou justifique uma aliança estratégica entre eles, de tipo geopolítico, e de longo prazo. Por isto, a construção de uma agenda comum entre China, Índia, Brasil e África do Sul, deve partir do reconhecimento das diferenças existentes entre suas distintas inserções e interesses, dentro do sistema mundial. São quatro países que ocupam posição de destaque nas suas respectivas regiões, devido ao tamanho de seu território, de sua população e de sua economia. Mas esta semelhança esconde diferenças muito grandes de interesses, de perspectivas estratégicas e de capacidade de implementação autônoma de decisões, no campo internacional.

8.1 | China e Índia

Ao contrário do Brasil e da África do Sul, a China e a Índia possuem civilizações milenares e um terço da população mundial. Mas mais importante do que isto, é o fato de que esses dois gigantes asiáticos possuem entre si 3.200 quilômetros

de fronteira comum, além das fronteiras que ambos têm com o Paquistão, com o Nepal, com o Butão e com Mianmá. Além disto, China e Índia possuem territórios em disputa, guerrearam entre si nas últimas décadas, e são potências atômicas. Dentro deste xadrez geopolítico, os indianos consideram que as relações amistosas da China com o Paquistão, com Bangladesh e com o Sri Lanka, fazem parte de uma estratégia chinesa de “cerco” da Índia e de expansão chinesa no Sul da Ásia, a “zona de influência” imediata dos indianos. Por sua vez, os chineses consideram que a aproximação recente entre os Estados Unidos e a Índia, e a sua nova parceira estratégica e atômica, fazem parte de uma estratégia de “cerco” da China. Tudo isto, anuncia para as próximas duas décadas, a consolidação e ampliação de uma relação muito próxima da competição territorial e bélica, em torno da supremacia no Sul e no Sudeste da Ásia, envolvendo Estados Unidos, China e Índia. Além disto, China e Índia também competem, neste momento, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África, na luta para assegurar sua “segurança energética”. A China investe hoje pesados recursos na modernização de suas forças armadas e dos seus arsenais. Como no caso da frota submarina chinesa, movida, simultaneamente, a energia diesel e a energia atômica, o que caracteriza uma indiscutível preocupação de controle marítimo do Pacífico Sul. E o mesmo se pode dizer do recente desenvolvimento do novo sistema chinês de ataque e destruição de satélites — tecnologia que só tinham os Estados Unidos e a Rússia — e que coloca a China em condições de ameaçar o nexa básico de controle da nova tecnologia de guerra norte-americana. Por outro lado, não é segredo para ninguém que a China ocupa hoje um lugar central dentro do planejamento estratégico dos Estados Unidos, ocupando a posição do adversário potencial necessário à organização e expansão do poder americano. Afinal, a China teve um papel decisivo nas Guerras da Coreia e do Vietnã, e apresenta quase todas as características das Grandes Potências que se formaram dentro do sistema mundial, desde suas origens européias, no século XVI. Com a diferença, como já vimos, que até agora, o expansionismo chinês fora da Ásia, tem sido quase estritamente diplomático e econômico. Mas dentro da Ásia, o projeto chinês é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar.

A Índia, por outro lado, ainda não tem características de uma potência expansiva, e se comporta estrategicamente, como um estado que foi obrigado a se armar para proteger e garantir sua segurança numa região de alta instabilidade, onde sustenta uma disputa territorial e uma competição atômica com o seu vizinho, o Paquistão. Mas assim mesmo, desenvolve e controla tecnologia militar de ponta, como no caso do seu sofisticado sistema balístico, e do seu próprio arsenal atômico, e possui um dos exércitos mais bem treinados de toda a Ásia. Assim mesmo, foi só depois da sua derrota militar para a China, em 1962, e da primeira explosão nuclear chinesa, em 1964, logo antes da sua guerra com o Paquistão, em 1965, que a Índia abandonou o “idealismo prático” da política externa de Neruh, e adotou a *realpolitik* do primeiro ministro Bahadur Shastri, que autorizou o início do programa nuclear indiano, na década de 60. Foi quando mudou a política externa da Índia, e começou a ser montada

a sua nova estratégia atômica de defesa nacional, que atingiu sua maturidade, com as explosões nucleares de 1998, e com o sucesso do míssil balístico indiano Agni II, em 1999. Foi naquele momento, exatamente no auge da “utopia da globalização”, que a Índia assumiu plenamente a condição de potência nuclear, e passou a definir sua estratégia de inserção regional e internacional, com base na expansão do seu poder econômico e militar. Com esta nova perspectiva estratégica, a Índia luta hoje pelo acesso e controle de recursos energéticos na África e no Oriente Médio, mas também na Ásia Central. Apesar de que, nesta região, a China tenha tomado à dianteira, e já lidere a Organização de Cooperação de Shangai, criada por sua iniciativa, em 1996, junto com Rússia, Cazaquistão, Quirquístão, Tajiquístão e Uzbequistão. Por outro lado, desde 2002, a Índia estabeleceu com o Japão, uma “Parceria Global para o século XXI”, e vem estreitando suas relações com a Rússia, em torno a questões energéticas e estratégicas, de mais longo prazo.

8.2 | Brasil e África do Sul

O Brasil e África do Sul compartilham com a China e a Índia, o fato de serem os estados e as economias mais importantes de suas respectivas regiões, responsáveis por uma parte expressiva da população, do produto e do comércio interno e externo da América do Sul e da África. Mas não têm fronteiras entre si, não têm disputas territoriais com seus vizinhos, não enfrentam ameaças internas ou externas à sua segurança e não são poderes militares relevantes, principalmente, depois que a África do Sul abandonou o seu programa nuclear, em 1991. A África do Sul viveu duas histórias importantes, depois de sua independência, e teve duas inserções internacionais absolutamente diferentes, antes e depois do fim do *apartheid*, e da eleição de Nelson Mandela, em 1994. Depois da 2ª. Guerra Mundial, e durante o período do *apartheid*, entre 1948 e 1991, a África do Sul enfrentou uma rebelião social e política interna quase permanente, foi objeto do boicote da comunidade internacional e, na década de 80, travou uma guerra regional, com os países da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), também chamados de Países da Linha de Frente”. Mas depois do fim do *apartheid* e da eleição de Mandela, a questão da segurança interna e da inserção internacional da África do Sul mudaram radicalmente, em particular no caso da África Negra e dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), criada em 1990, reunindo os antigos inimigos, Botsuana, Maurício, Namíbia, Zimbábue e Tanzânia, além da própria África do Sul. Fora desta “zona de influência” imediata, a África do Sul envolveu-se em quase todas as ações e negociações de paz ocorridas dentro do continente negro, na década de 90 e nos primeiros anos do século XXI, mas sem apresentar nenhum traço expansivo ou disposição para uma luta hegemônica dentro da África. Pelo contrário, tem sido um país que se move com enorme cautela, talvez devido ao seu próprio passado racista e belicista. Por outro lado, desde o primeiro governo de Mandela, a África do Sul tem se proposto cumprir um papel de “Cabo da

Boa Esperança”, conectando os países da Ásia e América Latina, e tentando ocupar um lugar importante dentro desta nova geometria econômica. Em 1997, assinou com a Índia, a “Declaração do Red Fort”, onde propõem uma ação conjunta de aproximação da América Latina que contribui decisivamente para a criação, em 2003, do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA). Em 1998, o chanceler Alfred Nzo, confirmou estas prioridades diante do parlamento sul-africano, e definiu como objetivo estratégico da África do Sul, estabelecer relações sólidas com os países chaves da conexão entre a Ásia, África e América Latina, para “fortalecer a voz do Sul nos foros internacionais”. A despeito disto, o volume e o ritmo de crescimento do PIB sul-africano, o tamanho de sua população e suas limitações militares, impedem que a África do Sul tenha qualquer tipo de pretensão à supremacia fora da sua região imediata, na África Austral.

No outro lado do Atlântico, a história regional e internacional do Brasil foi sempre mais tranquila e linear. O estado brasileiro nunca teve características expansivas, nem disputou jamais a hegemonia do seu próprio continente, com a Grã-Bretanha ou com os Estados Unidos. Depois de 1850, o Brasil não enfrentou mais guerras civis ou ameaças de divisão interna, e depois da Guerra do Paraguai, na década de 1860, o Brasil teve apenas uma participação pontual, na Itália, durante a 2ª. Guerra Mundial, e algumas participações posteriores nas “forças de paz” das Nações Unidas e da OEA. Sua relação com seus vizinhos da América do Sul, depois de 1870, foi sempre pacífica e de pouca competitividade ou integração política e econômica, e durante todo o século XX, sua posição dentro do continente, foi quase sempre a de sócio auxiliar da hegemonia continental dos Estados Unidos. Depois da 2ª. Guerra Mundial, o Brasil não teve maior participação na Guerra Fria, mas apesar do seu alinhamento com os Estados Unidos, começou uma política externa mais autônoma e global, a partir da década de 60, quando se aproximou da Ásia e da África, e dos países socialistas, se acercou do Movimento dos Países Não-Alinhados, e teve uma participação ativa nas negociações para a criação da ALALC, da UNCTAD e do Grupo dos 77. Na década de 70, em particular no governo do General Ernesto Geisel, o Brasil se propôs um projeto internacional de “potência intermediária”, aprofundando sua estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo seu acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas, e assinando um acordo atômico com a Alemanha. Mas sua crise econômica dos anos 80 e o fim do regime militar desativaram este projeto, que foi completamente engavetando nos anos 90, quando o Brasil voltou a alinhar-se com os Estados Unidos e seu projeto de criação da ALCA, um velho sonho norte-americano, desde o fim do século XIX. Mais recentemente, entretanto, depois de 2002, a política externa brasileira mudou uma vez mais de rumo e definiu como suas novas prioridades, a integração sul-americana, através do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações, e uma relação mais estratégica com os países-chaves da África e da Ásia, em particular, a África do Sul, a Índia e a China.

O projeto da integração sul-americana remonta às ideias de Simon Bolívar, na primeira metade do século XIX. Mas a construção do mercado comum

regional começou nos anos 60, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e teve dois momentos decisivos, com a criação da Comunidade Andina, em 1969, e com a criação do Mercosul, em 1991. Por fim, no dia 8 de dezembro de 2004, os países do Pacto Andino e do Mercosul, assinaram a Declaração de Cuzco, lançando as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações. O Brasil vem incentivando, nos últimos anos, o aprofundamento deste projeto de integração, mas enfrenta algumas limitações importantes, porque não é considerado — hoje — um “modelo de desenvolvimento” de sucesso a ser seguido pelo resto dos países do continente, como acontece com a China e a Índia, no Sudeste e no Sul da Ásia. E, além disto, tem tido pouca capacidade de atender às necessidades materiais dos seus vizinhos, devido ao seu baixo crescimento econômico e sua baixa capacidade de investimentos públicos e privados. Mas, sobretudo, devido à baixa capacidade de coordenação estratégica do estado brasileiro, depois da sua crise dos anos 80, e da sua desmontagem neoliberal na década de 90.

9 | BRASIL: VOCAÇÃO NATURAL E PROJETO DE POTÊNCIA

É comum falar que existe uma “vocação natural” dos países e dos povos, dentro do sistema mundial, que seria determinada pela sua geografia, e pelo seu passado histórico. E ao mesmo tempo, sempre existiu países ou povos, que atribuíram a si mesmo um “destino manifesto”, que lhes deu o direito de ignorar os seus limites geográficos e projetar o seu poder além das suas fronteiras, com o objetivo de conquistar, civilizar e supervisionar a história dos povos que não foram “escolhidos”. Mas quando se estuda a história do sistema mundial, o que se descobre é que nunca existiu uma coisa nem a outra, ou seja, nunca existiu “vocações naturais” nem destinos manifestos. E se descobre também, que todos os países que expandiram para fora de si mesmo e se transformaram em “grandes potências”, eram periféricos e insignificantes dentro do sistema mundial, antes de tomarem a decisão política de transcender sua própria geografia e mudar o rumo da sua história, num processo secular, que combinou alianças e rupturas, parcerias estratégicas e guerras e onde cada um partiu de uma situação geopolítica desfavorável e começou a se expandir com seus próprios meios e ideias. E por fim se conclui que neste sistema mundial “inventado” pelos europeus, “todos os países estão sempre insatisfeitos e propondo-se a aumentar o seu poder e a sua riqueza. Por isto, todos são potencialmente expansivos, mesmo quando não se proponham a conquistar novos territórios”⁹. Donde se possa deduzir que existe uma “vontade” ou projeto de potência que é universal, independente das características específicas de cada Estado em particular. Mas a própria natureza competitiva e hierárquica do sistema impede que todos tenham o mesmo sucesso, criando a impressão equivocada

9 Fiori, J.L. (2007), O PODER GLOBAL E A NOVA GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES, Editora Boitempo, São Paulo, p: 37.

de que só alguns possuem o “destino manifesto” de organizar o resto do mundo. Assim mesmo, não há dúvida de que pode existir uma distância objetiva muito grande entre os recursos e a capacidade que um país dispõe num determinado momento e a sua vontade ou decisão política de expandir o seu poder e a sua riqueza, mudando sua posição dentro da hierarquia internacional. É uma distância real, objetiva, material, mas é também uma distância que pode e deve ser superada. Não é possível conceber uma integração internacional soberana que não questione e enfrente de uma forma ou outra, os consensos éticos e estratégicos das potências que controlam o núcleo central do poder mundial. Neste campo, não estão excluídas as convergências e as alianças táticas, e temporárias, com uma ou várias das antigas potências dominantes. Mas no médio prazo, toda política externa soberana terá que ser sempre inovadora e terá que discordar e competir em alguns momentos com a política das potências que supervisionam o status quo internacional. Isto não é uma veleidade irrelevante, nem é o fruto de uma animosidade ideológica, é uma consequência de uma “regra” essencial do sistema interestatal capitalista: neste sistema, “quem não sobe cai”¹⁰.

Olhando desta perspectiva, pode se analisar melhor as semelhanças e diferenças fundamentais que aproxima e separa, neste momento, as perspectivas internacionais da China, Índia, África do Sul e Brasil. A China e a Índia, se projetaram dentro do sistema mundial — depois dos anos 90 — como potências econômicas e militares regionais. O projeto regional chinês é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar, mas até agora, o expansionismo chinês, fora da Ásia, tem sido quase estritamente diplomático e econômico. E a Índia deve seguir sendo uma “potência defensiva”, envolvida com suas divisões internas e com a construção de barreiras e alianças que protejam suas fronteiras, em particular ao norte do seu território, onde se vê ameaçada pelo Paquistão, mas também pela China.

Por fim, o Brasil tem menor importância econômica do que a China e muito menor poder militar do que a Índia. Mas como já vimos, o Brasil é o único país continental que está situado numa região de baixa conflitividade e sem disputas territoriais com nenhum dos seus países vizinhos. Neste sentido, entre estes três aliados potenciais, o Brasil é o país com maior potencial de expansão pacífica dentro da sua própria região, com a diferença essencial, que seu principal competidor na América do Sul, são os próprios Estados Unidos. Mas ao mesmo tempo, a expansão do Brasil, dentro e fora da América do Sul, contou até aqui com uma dupla vantagem com relação aos demais. Em primeiro lugar, o Brasil usufrui da condição de potência desarmada, porque de fato está situado na zona de proteção atômica incondicional dos Estados Unidos. E, em segundo lugar, queira ou não, o Brasil usufrui da condição de “candidato-herdeiro” à condição de potência, formado a partir da mesma matriz

10 Fiori, J.L. (2004), “Formação, expansão e limites do poder global”, in J.L.Fiori, (Org) O PODER AMERICANO, Editora Vozes, Petrópolis, 2004, p:26 e J.L. Fiori (2007), O PODER GLOBAL E A NOVA GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES, Editora Boitempo, p:37.

cultural e civilizatória dos Estados Unidos, ou seja, a partir da árvore genealógica europeia. É por isto, aliás, que a expansão da influência brasileira, sobretudo fora da América do Sul segue sempre os caminhos que já foram percorridos pelos Estados Unidos, e pelos seus antepassados europeus. Apesar disto, o Brasil terá que tomar algumas decisões fundamentais, com relação a estes dois pontos que favoreceram até aqui a expansão da sua influência internacional. Em primeiro lugar, terá que definir o seu próprio projeto mundial e sua especificidade com relação aos valores, diagnósticos, e posições dos europeus e norte-americanos, com relação aos grandes temas e conflitos da agenda internacional. E em seguida, o Brasil terá que decidir se aceita ou não a condição militar de “aliado estratégico” dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, com direito de acesso à tecnologia de ponta — como no caso da Turquia ou de Israel, por exemplo — mas mantendo-se na zona de influência, proteção e decisão estratégica e militar dos Estados Unidos, e de seus principais aliados europeus. Ou seja, o Brasil terá que decidir o seu lugar no mundo, a partir do seu pertencimento originário à tradição europeia e cristã, que o distingue e distancia inevitavelmente, das outras tradições e potências continentais que deverão estar competindo com os Estados Unidos, e entre si, pela liderança mundial, nas próximas décadas. E terá que decidir se quer ou não, ter algum dia, a capacidade de sustentar suas posições fora da América do Sul, com seu próprio poder militar. De qualquer maneira, nas próximas duas décadas, o grande desafio brasileiro será conduzir um movimento de expansão do seu poder regional sem reivindicar nenhum tipo de “destino manifesto”, sem utilizar a violência bélica que foi usada pelos europeus, e sem se propor conquistar para civilizar e comandar a história e o destino dos países mais fracos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACEVICH, A. J. **American Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2002. 302p.
- BETHELL, L. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2004.
- CANO, W., **Soberania e Política Econômica na América Latina**, São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- FAUSTO, B. E DEVOTO, F. **Brasil e Argentina**. Um Ensaio de História Comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.
- FIORI, J.L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Org). **Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- FIORI, J.L. **Sistema mundial: império e pauperização**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- FIORI, J.L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In FIORI, J.L. (Org.). **O Poder Americano**, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FIORI, J.L. Prefácio. In FIORI, J.L. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007
- FIORI, J.L. "O sistema inter-estatal capitalista, no início do século XXI. In FIORI, J.L., SERRANO, F. e MEDEIROS, C. **O Mito do Colapso Americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- FIORI, J.L. Um universo em expansão. **Jornal de Resenha da USP**, São Paulo SP, Discurso Editorial, nº 5, 2009.
- FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor, 2ª ed., 1970.
- GROSSE, A. **The Western Alliance**. New York: Vintage Books, 1982.
- HELLEINER, E. **States and the Reemergence of Global Finance**. London: Cornell University Press, 1994.
- HOURLANI, A. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- JORDAN, VIRGIL. **Commercial and Financial Chronicle**, New York, December 21, 1941. Apud DUTT, R. PALME. **Britain's Crisis of Empire**. London: Lawrence & Wishart, 1949, p: 44.
- KISSINGER, H. **Does America need a Foreign Policy?: Toward a New Diplomacy for the 21 st Century**. New York: Simon&Schuster, 2001.
- KRAUTHAMER, C. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**, v. 70, n. 1, p. 23-33, 1990/1991:
- KUPCHAN, C. **The End of the American Era**. New York: Alfred Knopf, 2002.
- LOVE, J. **A Construção do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
- MANN, M. **Incoherent Empire**. New York: Verso, 2003.
- MEARSHEIMER, J.J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.
- MONIZ BANDEIRA, L.A. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MONIZ BANDEIRA, L.A. **Formação do Império Americano**: da Guerra contra a Espanha à Guerra contra o Iraque. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

MORRAY, J.P. **Origens da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

NYE, J. **O Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

TAVARES, M.C. e BELLUZZO, L.G. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J.L. (Org), **O Poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, (2004).

WALLERSTEIN, I. **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.